

PAISAGEM

natureza, cultura e o imaginário

ORGANIZADORAS

Norma Regina Truppel Constantino
Jeane Aparecida Rombi de Godoy Rosin
Sandra Medina Benini



ORGANIZADORAS

Norma Regina Truppel Constantino
Jeane Aparecida Rombi de Godoy Rosin
Sandra Medina Benini

PAISAGEM

natureza, cultura e o imaginário

1ª Edição

TUPÃ - SP
ANAP
2017

Editora

ANAP - Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista

Pessoa de Direito Privado Sem Fins Lucrativos

Fundada em 14 de setembro de 2003

Rua Bolívia, nº 88, Jardim América,

Cidade de Tupã, Estado de São Paulo.

CEP 17.605-310

www.editoraanap.org.br

www.amigosdanatureza.org.br

editora@amigosdanatureza.org.br

Editoração e Diagramação da Obra

Sandra Medina Benini; Jeane Aparecida Rombi de Godoy Rosin

Norma Regina Truppel Constantino, Jeane Aparecida Rombi de Godoy Rosin, Sandra Medina Benini

1758p Paisagem: natureza, cultura e o imaginário / Norma Regina Truppel Constantino, Jeane Aparecida Rombi de Godoy Rosin, Sandra Medina Benini (org.) – Tupã: ANAP, 2017.

112 p ; il. Color. 21,0 cm

ISBN

1. Paisagem 2. Ambiente 3. Cultura 4. Planejamento

I. Título.

CDD: 710

CDU: 710/49

Índice para catálogo sistemático

Sumário

Apresentação	07
<i>Norma Regina Truppel Constantino</i>	
Capítulo 1	11
ÁREAS VERDES URBANAS: CONCEITOS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS	
<i>Ana Paula do Nascimento Lamano-Ferreira ; Kelly Chaves de Oliveira ; Heidy Rodriguez Ramos Simone Aquino</i>	
Capítulo 2	33
CONTRIBUIÇÕES DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL PARA A GESTÃO DE PARQUES URBANOS	
<i>Ana Paula do Nascimento Lamano-Ferreira; Milena de Moura Régis</i>	
Capítulo 3	45
O PARQUE SITIÊ NA FAVELA DO VIDIGAL: UM NOVO ESPAÇO	
<i>Claudia Seldin; Lilian Fessler Vaz</i>	
Capítulo 4	59
ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM E A QUALIDADE FÍSICO-QUÍMICA DE SUAS ÁGUAS SUPERFICIAIS, SELVÍRIA/MS	
<i>André Luiz Pinto; Denivaldo Ferreira de Souza</i>	
Capítulo 5	73
PAISAGEM: NATUREZA, CULTURA E O IMAGINÁRIO NO QUILOMBO MANDIRA (CANANEIA, SÃO PAULO)	
<i>Luciene Cristina Risso; Yume Kikuda Silveira; Gardênia Baffi de Carvalho</i>	
Capítulo 6	89
ALBERTO LÖFGREN E O ESTUDO SOBRE OS NOMES POPULARES DAS PLANTAS “INDÍGENAS” DO ESTADO DE SÃO PAULO (1894)	
<i>Marta Enokibara; Laís Bim Romero</i>	

Capítulo 3

O PARQUE SITIÊ NA FAVELA DO VIDIGAL: UM NOVO ESPAÇO⁸

Claudia Seldin⁹
Lilian Fessler Vaz¹⁰

1 INTRODUÇÃO: NOVOS ESPAÇOS

Em uma cidade como o Rio de Janeiro, caracterizada pela pluralidade cultural e pelas desigualdades sociais, investigar as diferentes formas através das quais a população utiliza os espaços é uma tarefa de extrema importância. Isso porque muitas das disparidades presentes na realidade carioca se traduzem, com frequência, em um grande desequilíbrio no acesso e na distribuição dos serviços públicos, das infraestruturas urbanas e dos equipamentos culturais formais¹¹. Em áreas menos privilegiadas, como as favelas e periferias, onde os investimentos são menores e as carências são múltiplas, grande parte da população se vê obrigada a usar sua criatividade e poder de improvisação para criar meios e espaços alternativos, que sejam capazes de suprir algumas necessidades básicas (VAZ, 2014).

Aqui, trataremos mais especificamente desta improvisação do espaço sob o ponto de vista da cultura e do lazer. Ou seja, focaremos na capacidade de transformação do espaço urbano, através do uso cultural ou de novos modos de vida, de locais inicialmente pensados para abrigar outras atividades – desocupados, escondidos ou despercebidos em meio à paisagem urbana. Ressaltamos que a paisagem carioca é famosa por sua diversidade morfológica, que reúne marcos naturais e construídos, bairros projetados e ocupados

⁸ Versões preliminares deste artigo foram apresentadas e publicadas nos anais do IV Seminário Internacional da AEAULP (Belo Horizonte, 2017) e do XVII Encontro da ANPUR (São Paulo, 2017). Ver referências bibliográficas.

⁹ Doutora em Urbanismo, pesquisadora de pós-doutorado no PROURB/FAU-UFRJ com bolsa FAPERJ/CAPES, e-mail: xxxxxxxx.

¹⁰ Doutora em Arquitetura e Urbanismo, cofundadora e professora colaboradora do PROURB/FAU-UFRJ e pesquisadora CNPq 1B. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Cultura, História e Urbanismo (GPCHU) na mesma instituição, e-mail: xxxxxxxx.

¹¹ De acordo com Coelho (2004), os equipamentos culturais consistem nas edificações destinadas a práticas culturais ou grupos de produtores que tornam o espaço cultural passível de operação. Seriam os museus, bibliotecas, centros culturais e salas de teatro e cinema, etc.

espontaneamente, áreas edificadas e livres. No entanto, para além da riqueza natural, dos monumentos e de alguns exemplares emblemáticos de arquitetura celebrados como parte essencial do imaginário local, encontram-se esses espaços esquecidos, que configuram “brechas” – vazios urbanos, recortes adjacentes ao traçado viário, estruturas obsoletas, abandonadas ou desocupadas.

A eles nos referimos como **espaços insólitos** – recortes não planejados ou não projetados, modificados pelo uso temporário e por muita força de vontade de uma camada da população acostumada a ter que lutar por seu lugar na cidade. Este é o caso de um lixão transformado em parque urbano na favela carioca do Vidigal – um dos muitos exemplos de espaços que consistem em opções mais acessíveis aos habitantes das regiões marginalizadas que os equipamentos culturais tradicionais, majoritariamente concentrados nas zonas nobres do município.

A ocupação formal dos vazios urbanos e espaços residuais no Rio de Janeiro de hoje segue padrões globais, em que o planejamento da cidade como um todo vem sendo substituído por projetos pontuais para áreas degradadas ou abandonadas. O que se observa, em geral, é uma tendência de repaginação da imagem da cidade, com uma aposta na cultura como principal instrumento revitalizador do espaço urbano. Atualmente, muitos são os casos de grandes investimentos em equipamentos culturais projetados por arquitetos famosos em meio a espaços livres públicos de primoroso design, visando à renovação urbana. Áreas estratégicas, centros históricos, vazios em zonas portuárias, industriais ou outras áreas decadentes são reabilitadas, tornando-se, por vezes, âncoras da recuperação econômica. Através de reformas urbanas pontuais, potencializadas por um *marketing* eficiente, as cidades tornam-se casos espetaculares e midiáticos, impondo-se em uma competição globalizada pela atração de capital, turistas e habitantes (SELDIN, 2017).

Em face das tendências internacionais de preenchimento dos vazios das cidades, ressaltamos que, atualmente, apenas alguns dos espaços residuais cariocas – situados em regiões centrais e/ou estratégicas – vêm se tornando objeto de projetos urbanos que visam a revitalizar a imagem da cidade, como é o caso da operação urbana Porto Maravilha nos bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo. Esta operação propôs revitalizar a Zona Portuária carioca através da recuperação de vastos galpões portuários e de uma série de intervenções que incluem a implantação de grandes centros culturais e de lazer: um Aquário e dois museus – o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR) e o Museu do Amanhã (projetado pelo

arquiteto Santiago Calatrava), que se justificariam devido à realização, na cidade, dos Jogos Olímpicos de 2016.

Figura 1: O Museu do Amanhã, de Santiago Calatrava, na Praça Mauá no Rio de Janeiro



Fonte: Claudia Seldin (2015).

Outros espaços residuais e vazios – periféricos e menos atraentes ao mercado imobiliário – são deixados de lado pelo planejamento urbano formal. Muitos permanecem desapercebidos ou desocupados, muitos são transformados em estacionamentos ou tomados pelo comércio informal, e alguns poucos vêm sendo apropriados pela população local para a instalação de moradia ou para a realização de atividades culturais. Essas atividades variam desde a ocupação de edifícios e galpões abandonados por coletivos de artistas (à semelhança dos *squats* europeus), até a apropriação cultural e inusitada das já mencionadas “brechas” espaciais, que transcende a noção do “ordinário”, fazendo surgir lugares que representam verdadeiros laboratórios de experiência urbana e de encontro social.

2 OS USOS TEMPORÁRIOS E OS ESPAÇOS “FROUXOS”

As apropriações socioculturais sob estruturas viárias, por exemplo, vêm proliferando no Rio de Janeiro. Casos como um baile sob o Viaduto Negrão de Lima no bairro suburbano de Madureira e o sarau e eventos de troca solidária sob o Viaduto Laranjeiras, no bairro homônimo de classe média, vêm ganhando cada vez mais atenção midiática.

Porém, essas não são as únicas formas alternativas de realização de atividades de encontro e sociabilidade em espaços obsoletos. Usos surpreendentes de espaços escondidos, abandonados ou projetados para outras funções são cada vez mais comuns, especialmente nas favelas cariocas, onde a ideia de “planejamento” adquire outros significados: as casas, edifícios, lajes e escadarias vão sendo construídas de acordo com a necessidade e com as oportunidades que se apresentam. E, seguindo a mesma lógica, os indivíduos e coletivos culturais também atuam de acordo com a ocasião, agarrando as possibilidades que surgem.

Alguns exemplos consistem na utilização de lajes, paredes e empenas para a projeção de filmes no espaço conhecido como “Laje do Michael Jackson”, no Morro Santa Marta; na galeria de grafite ao ar livre denominada Museu de Favela (MUF), no Morro do Cantagalo (ambos na Zona Sul carioca); ou ainda nas apresentações de peças teatrais em ruas e lajes pelo coletivo Teatro da Laje, surgido na comunidade de Vila Cruzeiro (Complexo da Penha, na Zona Norte).

Esses casos apontam para o fortalecimento e a consolidação de grupos que assumem para si a responsabilidade de transformar o cotidiano onde vivem e também de reconfigurar simbolicamente o espaço urbano – e principalmente o espaço público – através de novos usos, que são quase sempre temporários. Ou seja, trata-se de atividades de caráter transitório e efêmero, que não são necessariamente fixas a apenas uma localidade, movendo-se no espaço ou operando durante tempo limitado.

Devido à sua grande capacidade de adaptação, os usos temporários de arte e lazer propiciam novas relações entre as pessoas e os lugares, independente da presença de edificações – os equipamentos tradicionais – para abrigar as atividades culturais e promover a sociabilidade.

Apoiando-nos nas noções de “estratégia” e “tática” propostas por Michel de Certeau (1994), podemos afirmar que o uso temporário, conforme observado nos exemplos

citados, consiste em uma tática do homem comum/ordinário – no caso, do habitante da favela ou da periferia –, que, em face dos problemas da vida cotidiana, encontra como solução a reutilização e a reapropriação dos objetos e dos espaços de acordo com as possibilidades que estes oferecem, subvertendo referências e normas impostas, e abrindo fissuras nas relações de poder preestabelecidas. Olhar semelhante é lançado por Ana Clara Ribeiro (2004), ao defender que os excluídos das oportunidades de educação, saúde, esporte, trabalho e lazer apresentam-se, muitas vezes, como os “verdadeiro(s) desbravador(es) de oportunidades criativas, insubordinadas e disruptivas”, pois “é(são) dele(s) e dos seus espaços inorgânicos que advêm as inovações realmente radicais, capazes de impulsionar um grande espectro de novos e atraentes bens culturais, de especial relevância para a juventude” (RIBEIRO, 2004, p. 100-101).

Somando-se ao potencial dos usos temporários, destacamos a característica de “frouxidão” de certos espaços, capazes de revitalizar a vida nas cidades. Os autores Karen Franck e Quentin Stevens ressaltam a relevância dos “espaços frouxos” (*loose spaces*) para o contexto urbano. Segundo eles, esses são lugares que abrigam a espontaneidade através de atividades frequentemente não planejadas. Neles não existe, necessariamente, um uso predeterminado ou fixo (2007, p. 2).

A presença de “espaços frouxos” é possibilitada através da ação humana direta e da criatividade das pessoas, que notam sua existência e apreendem o seu potencial, enxergando novas formas de arranjar os elementos físicos que os compõem, bem como novas possibilidades para seu aproveitamento. Franck e Stevens explicam o conceito de “frouxidão” espacial (*looseness*), associando-o principalmente aos espaços públicos e às atividades ao ar livre (em oposição aos espaços privados, que são tradicionalmente mais fechados e restritos). Isso porque, nos espaços públicos, há uma fluidez de expectativas, uma liberdade e acessibilidade maior para exercer múltiplas atividades (2007, p. 2). Trata-se dos “espaços de respiração da cidade” (2007, p. 3), onde a descoberta, a exploração e as oportunidades são possíveis; assim como o encontro com o inesperado e o não regulado.

Uma parte considerável das iniciativas ligadas à “frouxidão” espacial consistem em formas de entretenimento, de lazer, de expressão da cidadania ou de interação social. São atividades que se encontram fora da rotina monótona das pessoas. O espaço “frouxo” constituiria, por tanto, uma esfera para além do ambiente homogêneo e controlado de lazer e consumo das cidades atuais, onde o imprevisível quase não tem lugar. Através da

multiplicidade dos atores que ele convida, o espaço “frouxo” permite que se atinja uma autenticidade na esfera urbana, reforçando as práticas locais e permitindo o florescimento de algumas culturas e identidades que ficariam oprimidas se eles não existissem (FRANCK; STEVENS, 2007, p. 20-21).

Sob esta perspectiva, podemos afirmar que o caso aqui apresentado – o Parque e Instituto Sitiê na favela do Vidigal – possui essa “frouxidão” e que, através do uso temporário e cultural, transforma-se não só física, mas simbolicamente. Trata-se, portanto, de um **espaço insólito**, raro, extraordinário, singular.

3 O PARQUE E INSTITUTO SITIÊ NA FAVELA DO VIDIGAL

Situado na zona sul carioca, entre os bairros nobres do Leblon e São Conrado, o morro do Vidigal conta com cerca de 25 mil habitantes¹² e uma das mais belas vistas do litoral da cidade. Em seu coração, totalizando 8.500 m², encontra-se o Parque Sitiê¹³ – um novo espaço público construído pela comunidade local em meio à Mata Atlântica.

O caráter de “frouxidão” do Sitiê deve-se ao fato de o local constituir uma enorme área de depósito de lixo e entulho até o início dos anos 2000. Segundo seu fundador, Mauro Quintanilha, aquela parte da favela sofreu com uma série de ocupações habitacionais irregulares durante a década de 1980. Sem a infraestrutura adequada, a área passou a acumular restos de material de construção e dejetos. A depredação abriu espaço para que os moradores também jogassem ali seu lixo doméstico, contribuindo para o sucateamento da encosta. Em 2003, a Prefeitura do Rio demoliu a maior parte das construções porque “ultrapassavam a faixa vermelha da Mata Atlântica”¹⁴. O entulho resultante das demolições nunca foi removido, levando a um quadro ainda mais expressivo de degradação, agora somada ao relativo abandono do local, que chegou a acumular aproximadamente 16 toneladas de entulho.

¹² De acordo com o censo demográfico de 2010, residem cerca de 10 mil habitantes na favela, porém, o censo realizado pelo Instituto Sitiê (que funciona em parceria com o parque) aponta que o número real gira em torno de 25 mil.

¹³ O nome Sitiê consiste em uma combinação do apelido da área conhecida pelos moradores antigos como “sítio” e o sufixo “tiê” – uma alusão ao pássaro Tiê-Sangue [*Ramphocelus bresilius*] – ave símbolo da Mata Atlântica brasileira.

¹⁴ Em entrevista pessoal realizada em novembro de 2016 no parque. Dados também retirados de Collins (2016) e do website oficial do Sitiê, disponível em: <<http://www.parquesitie.org/historia>>. Acesso em: 10 out. 2016.

Figura 2: Casas próximas ao Parque Sitiê na Favela do Vidigal



Fonte: Claudia Seldin (2016).

Indignados com a destruição da área onde habitavam, os moradores Quintanilha e Paulo Cesar de Almeida decidiram iniciar um processo de limpeza das redondezas em 2005, com o objetivo de transformá-las em um local público digno para a comunidade do Vidigal, que carece de espaços livres de qualidade dentro da favela.

Inicialmente, as tentativas de limpeza foram frustradas, pois os demais moradores continuavam identificando a área como obsoleta e sem uso útil. Houve, então, o entendimento de que comunidade precisaria participar ativamente da construção daquele local para considerá-lo como um espaço de valor simbólico para todos, o que levou a um trabalho de conscientização dos moradores sobre a importância da natureza e dos valores ligados à sustentabilidade.

Figura 3: Acesso ao Sitiê na Favela do Vidigal



Fonte: Claudia Seldin (2016).

O respeito à área veio através de um projeto de horta urbana acompanhado da realização de oficinas abertas aos moradores. Os produtos colhidos passaram a ser distribuídos para a comunidade, estabelecendo uma relação de troca funcional e afetiva entre ela e o espaço. Logo, formou-se um grupo responsável por tomar conta do local, que tomou para si a iniciativa de realizar um reflorestamento parcial. Em 2012, o Sitiê – agora conformado como parque, recebeu o título de primeira agrofloresta do mundo.

No mesmo ano, a realização da Rio+20 – conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, fez com que as atenções se voltassem para esta iniciativa, aumentando a visibilidade do Sitiê. A partir deste momento, o arquiteto Pedro Henrique de Cristo conheceu a proposta e juntou-se à mesma, relocando-se para o Vidigal e inaugurando ali seu escritório, intitulado +D. Ele seria uma peça determinante para concretização do Instituto Sitiê, oficializando o *status* do parque e viabilizando parcerias entre a comunidade e instituições públicas e privadas. A aliança com o arquiteto possibilitou uma nova etapa na história do coletivo, que passou a focar na ampliação do parque através de áreas projetadas a partir da parceria entre o escritório e os moradores envolvidos.

Nesse sentido, o Sitiê se transformou em uma espécie de laboratório para o desenho urbano experimental: em sua paisagem de encosta, destacam-se escadas de acesso feitas de pneus preenchidos com entulho, uma praça (denominada “ágora digital”) com

patamares em pneus voltados para a vista do mar e um guarda-corpo feito a partir de aros de bicicletas. Para reter e incentivar a permanência das pessoas, o coletivo trabalha na agradabilidade do local, focando em um *design* de mobiliário urbano criativo e também em artifícios como acesso à internet sem fio grátis.

O resultado do envolvimento emocional e da criatividade dessas pessoas foi a transformação deste “espaço frouxo”, escondido em meio ao verde e às casas, em um local de convivência e de respiro para a população local, bem como em um novo ponto turístico carioca. Só que, diferentemente da maioria das atrações turísticas do Rio de Janeiro, esta situa-se em uma favela – local normalmente malvisto, marcado pela violência e pelas carências; agora reconhecido pela potencialidade e por fugir do senso comum.

Em 2016, o Parque Sitiê foi reconhecido oficialmente pela Fundação Parques e Jardins e pela Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura através da assinatura de um contrato que incorporava a ele uma trilha de caminhada. Com isso, a área total do parque foi ampliada de 1.500 m² em 2013 para os atuais 8.500 em 2016.

Figura 4: A vista de chegada ao Parque Sitiê



Fonte: Claudia Seldin (2016).

Figura 5: O espaço da “ágora digital”



Fonte: Claudia Seldin (2016).

Concomitante ao seu crescimento, novas atividades de caráter cultural passaram a ser ali realizadas, como debates, *shows* musicais, eventos religiosos, oficinas de pintura e de educação ambiental, artística e tecnológica, rodas de samba e bossa-nova. Os planos para o parque incluíam o desenvolvimento de um “caminho das artes” a ser construído na trilha e de soluções projetuais para a captação das águas pluviais na favela, geralmente desperdiçadas com intensidade e rapidez. No fim de 2016, os responsáveis pelo Sitiê foram obrigados a se afastar do local em função de conflitos com poderes paralelos da favela. Durante a maior parte de 2017, as atividades do parque foram consideravelmente reduzidas até que, no fim de novembro, ele passou a ser chamado de Parque Educacional Popular Sitiê, dando sinais de poder retornar no momento em que este capítulo foi encerrado.

O diferencial deste estudo de caso se deve ao fato de se tratar de uma iniciativa da própria comunidade, que se mantém liderando e participando ativamente do projeto, tornando-se um exemplo de ação capaz de modificar e intervir num quadro de carências de diversos tipos. Somado a isso, temos o fato de esta iniciativa ter contribuído para a definição de um novo conceito de parque urbano – baseado no envolvimento comunitário, e que

passou a ser adotado como modelo pela Prefeitura do Rio, uma vez que a mesma não possui recursos próprios para investir e criar novos espaços públicos e se interessa por aqueles que sejam autoconstruídos.

O arquiteto Pedro Henrique de Cristo¹⁵ enxerga a “ocupação” do Sitiê pela comunidade como um projeto de integração com resultados concretos: o estabelecimento de uma comunidade protetora do ambiente, a resiliência ambiental e a criação de um espaço multifuncional, assim como a associação bem-sucedida da experiência prática da comunidade com a teoria por ele trazida em função de sua formação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diferencial deste parque urbano em uma favela carioca se deve ao fato de constituir uma iniciativa “de baixo para cima” (um esquema *bottom-up*), partindo das mãos da própria comunidade, que se mantém liderando e participando ativamente do seu desenvolvimento. Além disso, esse caso reflete a aliança da comunidade com o arquiteto profissional e a associação bem-sucedida da experiência prática do “fazer” do homem comum de De Certeau (1994) com a teoria de campos consolidados da Arquitetura, do Urbanismo, do Paisagismo e do *Design*.

Apesar da trajetória majoritariamente bem-sucedida do Sitiê, não podemos deixar de mencionar que o mesmo pode vir a contribuir para um já crescente quadro de gentrificação da favela do Vidigal. Isso porque a nova fama do parque vem intensificando o turismo cultural por parte de visitantes de fora da comunidade. Este fato, somado ao aumento do número de albergues e do interesse imobiliário no local em função da sua localização privilegiada, vem acarretando a expulsão de alguns moradores da região por não conseguirem mais arcar com o aumento do custo de vida ali. Ressaltamos, portanto, que o futuro crescimento do parque deverá levar em conta este fenômeno e considerar que o conceito de sustentabilidade implica também na redução da probabilidade de gentrificação e na proteção dos interesses da comunidade local. Se incorporar esta consciência, o caso do Vidigal servirá como um ótimo exemplo para atestar a importância dos “espaços frouxos” e dos usos temporários para as cidades contemporâneas.

¹⁵ Também em entrevista pessoal realizada em novembro de 2016, no parque.

Esses usos, ao possibilitarem a produção de cultura, arte e lazer no espaço público, potencializam também a transformação da “frouxidão” espacial em vitalidade urbana, permitindo que as pessoas consigam observar, relaxar, celebrar e se encontrar em recortes da cidade historicamente marcados pela falta de políticas públicas. Mais do que isso, essas iniciativas permitem a fruição da vida na cidade para além de uma realidade marcada pela crescente privatização da terra, pela sanitização e mercantilização do espaço público, inspirando a elaboração de novas formas de se pensar as políticas urbano-culturais.

Através da real criatividade e da participação, iniciativas deste tipo ajudam a despertar as potencialidades de locais dormentes, degradados, vazios, escondidos e periféricos. Elas incentivam novas formas de pensar e construir o espaço urbano, contribuindo para incentivar e reforçar o direito à participação, à apropriação e, fundamentalmente, o direito à cidade.

REFERÊNCIAS

- COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- COLLINS, J. A lush garden in a concrete jungle. **Deutsche Welle**, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/a-lush-green-garden-in-a-concrete-jungle/a-19320969>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FRANCK, K.A.; STEVENS, Q. Tying down loose space. In: _____. (ed.). **Loose space**: possibilities and diversity in urban life. Londres/Nova York: Routledge, 2007. p. 01-33.
- OSWALT, P.; OVERMEYER, K.; MISSELWITZ, P. (orgs.). **Urban catalyst**: the power of temporary use. Berlim: DOM Publishers, 2014.
- RIBEIRO, A.C.T. Oriente negado. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA – Territórios Urbanos e Políticas Culturais**, Salvador, ano 2, número especial, p. 97-107, 2004.
- SELDIN, C. Do luxo ao lixo: o Parque e Instituto Sitiê na favela do Vidigal. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA AEAULP, 2017, Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte: AEAULP/UFMG, 2017.
- SELDIN, C. **Imagens urbanas e resistências**: das capitais de cultura às cidades criativas. Rio de Janeiro: Rio Books, 2017.

SELDIN, C.; VAZ, L.F. Transformações espaciais através de usos temporários e culturais no Rio de Janeiro: um primeiro ensaio. In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo, **Anais...** São Paulo: ANPUR, 2017.

VAZ, L.F. Cultural facilities in the opaque spaces of brazilian cities as instruments of resistance. In: ELLEH, N. (org.). **Reading the architecture of the underprivileged classes.** Surrey/Burlington: Ashgate, 2014. p. 101-118.

